



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO**

Processo nº: **0004281-28.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação**  
 Documento de Origem: **IP, BO - 77/2015 - 2º Distrito Policial de São Carlos, 593/2015 - 2º Distrito Policial de São Carlos**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **PAULO CEZAR CARVALHO GOMES**

Aos 12 de junho de 2018, às 15:30h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. **ANTONIO BENEDITO MORELLO**, comigo Escrevente ao final nomeada, foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. Luiz Carlos Santos Oliveira, Promotor de Justiça, bem como do réu **PAULO CEZAR CARVALHO GOMES**, devidamente escoltado, acompanhado da Dra. Amanda Grazielli Cassiano Diaz, Defensora Pública. Iniciados os trabalhos foram inquiridas a vítima Carlos Dantas Alves e a testemunha de acusação (comum) Valdez Ferreira, tendo havido desistência da oitiva da testemunha comum Anderson Amaral, o que foi devidamente homologado pelo MM. Juiz, que interrogou o réu ao final. A colheita de toda a prova (depoimentos da vítima, das testemunhas e interrogatório do acusado) foi feita através de gravação em arquivo multimídia no sistema SAJ e nos termos dos Provimentos nº 866/04 do Conselho Superior da Magistratura e 23/04 da Corregedoria Geral de Justiça, com as alterações previstas na Lei nº 11419/06, sendo impressas as qualificações de todos em separado e anexadas na sequência. Estando encerrada a instrução o MM. Juiz determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao DR. PROMOTOR:** MM. Juiz: O réu foi denunciado como incurso no artigo 180, "caput", do Código Penal por ter adquirido para si uma motocicleta avaliada em dois mil e trezentos reais, pagando o simbólico valor de R\$175,00 ciente de que se tratava de produto de crime. A ação penal é procedente. O réu admitiu que adquiriu a moto, dizendo que assim o fez de uma pessoa que era usuária de droga, pagando a ínfima quantia de R\$175,00. Ao ser ouvida a vítima confirmou que a moto foi subtraída e posteriormente recuperada depois. Conquanto o réu alegue que não sabia acerca da origem ilícita da moto, o certo é que este conhecimento quanto à ilicitude ficou patente. Como é sabido o dolo do crime de receptação deve ser extraído de circunstâncias indiciárias, mesmo porque dificilmente o réu confessa este conhecimento prévio. É este o entendimento da doutrina e jurisprudência acerca do assunto. No caso, o réu adquiriu a moto de um usuário de droga, como ele falou; é sabido que usuário de droga sempre subtrai objetos para depois vender e alimentar o vício; também comprou a moto por R\$175,00 enquanto que a mesma foi avaliada em R\$2.300,00, ou seja, por uma quantia bem simbólica. Por outro lado, ele comprou uma moto cujo vendedor não lhe apresentou o documento de transferência e tampouco daquele de porte obrigatório do condutor, circunstância esta que evidencia que o vendedor não era mesmo o legítimo dono e que naquela situação somente poderia estar na posse do veículo se o tivesse furtado. Assim, o dolo é evidente. Isto posto, requeiro a condenação do réu nos termos da denúncia. Conquanto tecnicamente primário a personalidade do réu não indica que a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direito seja suficiente e tampouco que será efetivamente cumprida, mesmo porque conforme o réu informou, ele encontra-se cumprindo pena por roubo e outro delito no total de 22 anos. Assim, parece mais adequado à personalidade do acusado que seja fixado o regime semiaberto para cumprimento da reprimenda penal. **Dada a palavra À DEFESA:** MM. Juiz: Adoto o



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

## COMARCA DE SÃO CARLOS

### 1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

relatório do Ministério Público. Não merece prosperar o pedido do *Parquet*. A acusação não produziu prova acerca do dolo. Nenhuma. O crime previsto no art. 180, *caput*, do Código Penal pressupõe o conhecimento do autor da origem ilícita do produto que venha a adquirir, receber, transportar, conduzir ou ocultar. “*Não basta o dolo eventual, sendo indispensável o dolo direto: que o agente saiba (tenha ciência, certeza) de que se trata de produto de crime*” DELMANTO, Celso [et. al.]. Código Penal Comentado. São Paulo, Ed. Renovar, 2007, p. 552 - Neste sentido: TacrSP, RT 704/350, RJDTACr 20/156; RJTAMG 54-55/366, Ap. 0362260-8, j. 10.9.2002, in Bol. IBCCr 131/744). Não foi produzida nenhuma prova de que o acusado tinha ciência da origem espúria da moto, já que a prova oral colhida apenas buscou demonstrar que a moto estava sob a posse do acusado, nada esclarecendo com relação ao imprescindível dolo direto. Segundo a acusação, o dolo adviria de elementos indiciários, pois o réu adquiriu a moto de um usuário de droga, não possuía documentação e adquiriu o bem por valor pequeno. Nada disso é prova. A ciência da origem espúria do bem não pode ser presumida, já que o Direito Penal exige convicção plena, baseada em provas cabais e indenenes de dúvidas. Outrossim, deve ser rechaçada qualquer PRESUNÇÃO quanto ao dolo, sob pena de responsabilidade penal objetiva. Se a acusação imputa ao réu a prática do crime de receptação, deve PROVAR o dolo, sob pena de negativa de vigência aos artigos 156 do Código de Processo Penal e 5º, inciso LVII, da Constituição Federal. Assim, não existe PROVA de que o réu sabia da origem ilícita da moto. Por isso, a única solução que se pode dar ao presente caso é aquela que prestigia o princípio *in dubio pro reo*, absolvendo-se o acusado. Em caráter subsidiário, requer-se a desclassificação para o crime do art. 180, § 3º, do Código Penal, pois a única coisa que pode se entender provada pela acusação é a desproporção do valor do bem em relação ao valor arcado pelo réu, o que em tese deveria tê-lo levado a presumir que o bem era de origem espúria. Em caso de condenação, requer-se a imposição da pena no mínimo legal, diante da ausência de circunstâncias judiciais negativas ao acusado, primário à época dos fatos. Na segunda fase, há a atenuante da menoridade relativa. Requer-se ainda a imposição de regime aberto e a substituição da pena corporal por penas restritivas de direitos. O fato de o acusado se encontrar cumprindo pena não é impeditivo da substituição - o juízo da execução poderá unificar a pena. Nos estritos ditames do art. 33, §2º, “c” e 44 do CP, o regime deve ser o aberto e deve haver substituição da pena corporal por penas restritivas de direitos. Em seguida, pelo MM. Juiz foi dito que passava a proferir a seguinte sentença: **VISTOS. PAULO CEZAR CARVALHO GOMES**, RG 2062842, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso nas penas do artigo art. 180, “caput”, do Código Penal, porque no dia 23 de março de 2015, por volta das 21:00h, nas proximidades da rua Pedro Alves Gonzaga, nesta cidade, adquiriu para si a motocicleta de marca Honda, modelo CG-125, placa DFA-2211, avaliada em R\$ 2.300,00, de propriedade da vítima Carlos Dantas Alves, sabendo que a mesma era produto de crime. Segundo foi apurado, no dia 23 de março de 2015, por volta das 07:00h, a vítima deixou a motocicleta acima estacionada em determinada rua do bairro Parque Novo Mundo, nesta cidade, sendo que depois, elemento não identificado lá compareceu e subtraiu este veículo. Consta que, conforme informou o denunciado, no dia 23 de março de 2015, por volta das 21:00h, nesta cidade, ele adquiriu a motocicleta, de pessoa desconhecida, pagando pela compra o valor de R\$ 175,00. No dia 24 de março deste ano, por volta das 10:53h, policiais militares faziam patrulhamento pela cidade quando encontraram o denunciado na posse da moto furtada no dia anterior, tendo ele confessado a sua aquisição. Ao adquirir a moto furtada, o denunciado sabia que a mesma tratava-se de produto de crime, visto que o vendedor não lhe entregou os documentos de recibo e para transferência e tampouco o de porte obrigatório, além do que o indiciado não justificou plenamente a posse, pois, disse que adquiriu o veículo de pessoa desconhecida e não soube indicar o paradeiro do vendedor. A denúncia foi recebida, oportunidade em que foi proposta a suspensão do processo (fls. 49). O réu não foi citado pessoalmente (fls. 54, 59 e 87), sendo citado por edital (fls. 93/970. O processo foi suspenso nos termos do artigo 366 do CPP (fls. 100). Posteriormente o réu foi citado pessoalmente (fls. 123) e



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

## COMARCA DE SÃO CARLOS

### 1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

respondeu a acusação através da Defensoria Pública (Fls. 127 e verso). Sem motivos para a absolvição sumária designou-se audiência de instrução e julgamento realizada nesta data, quando foram ouvidas uma vítima e uma testemunha de acusação e o réu foi interrogado. Nos debates o Dr. Promotor opinou pela condenação nos termos da denúncia e a Defesa requereu a absolvição ou a desclassificação para a receptação culposa. **É o relatório. DECIDO.** Policiais militares surpreenderam o réu na posse de uma motocicleta, que o mesmo admitiu ter adquirido de pessoa que não soube identificar e pelo preço irrisório de R\$175,00. Interrogado o réu admite a situação, afirmando que a aquisição foi feita de um usuário de droga, mas negou conhecimento prévio sobre a origem ilícita do bem. Na verdade a motocicleta tinha sido furtada dois dias antes. Não é preciso muito esforço para reconhecer a procedência da denúncia. Como é sabido, diante da dificuldade de se mostrar o conhecimento prévio da origem do bem da receptação dolosa, chega-se ao reconhecimento desta pelas circunstâncias da negociação. Na hipótese dos autos está revelado que o réu sabia e tinha conhecimento que a moto que adquiriu era de origem ilícita. Com efeito, negociou com usuário de droga, que certamente não teria condições de ter aquele bem. Pagou valor irrisório e sem obter qualquer documento. Quem faz negociação dessa forma, se é que efetivamente o réu foi o comprador, sabe que não está comprando bem de origem lícita. Dizer que o réu acreditou na palavra do vendedor é exigir muito do julgador. Dispensável aqui transcrever inúmeros julgados que reconhecem caracterizado o delito de receptação dolosa para a situação idêntica a esta. Assim, tenho como caracterizado o delito que a denúncia imputou ao réu, sendo impossível aceitar a pretensão da Defesa de responsabiliza-lo por conduta culposa. Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE A ACUSAÇÃO** e passo a fixar a pena ao réu. Observando todos os elementos que formam os artigos 59 e 60, do Código Penal, em especial que o réu era primário quanto cometeu este delito e ainda tinha em seu favor a idade inferior a 21 anos, aplico-lhe desde logo a pena mínima de um ano de reclusão e dez dias-multa que torno definitiva por inexistirem outras circunstâncias modificadoras. Condeno, pois, **PAULO CEZAR CARVALHO GOMES** à pena de **um (1) ano de reclusão e dez (10) dias-multa, no valor mínimo**, por ter infringido **o artigo 180, "caput", do Código Penal**. A primariedade do réu possibilita a aplicação do **regime inicial aberto**, que reputo necessário e suficiente para o crime aqui cometido. O fato de ter ele cometido posteriormente crime grave e ser condenado pelo mesmo, não deve interferir na fixação de pena por prática delituosa anterior. A rigor, também teria direito à pena substitutiva. Todavia, na situação em que hoje ele se encontra, condenado a mais de 20 anos de prisão, não reúne condições de cumprir pena restritiva de direito de prestação de serviços à comunidade. Por este motivo deixo de fazer a conversão. Oportunamente, expedir-se-á mandado de prisão para que a pena aqui aplicada possa ser cumprida. Deixo de responsabilizá-lo pelo pagamento da taxa judiciária. Dá-se a presente por publicada na audiência de hoje, saindo intimados os interessados presentes. **NADA MAIS.** Eu, Cassia Maria Mozaner Romano, digitei.

MM. Juiz(a):

Promotor(a):

Defensor(a):

Ré(u):